

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

Ato nº 157, de 22 de setembro de 2008.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
 Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008, para divulgação e conhecimento público.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA
 Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA DE PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	186.812	8.046	194.858
Pessoal Ativo	138.188	8.045	146.233
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	8.556	5.348	13.904
Demais Despesas com Pessoal Ativo	129.632	2.697	132.329
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.624	1	48.625
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	60.543	5.348	65.891
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	8.558	5.348	13.906
Despesas de Exercícios Anteriores	5.305	0	5.305
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.680	-	46.680
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	126.269	2.698	128.967
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,028368%	0,000606%	0,028974%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,076928%		342.411
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,073082%		325.291

FONTE: SIAFI 2007/2008 e DICON/SOF/TRT 7ª REGIÃO

NOTAS:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

- 2) O item "Sentenças Judiciais com Precatório" é a soma de R\$ 1.981.739,92 relativo a Sentenças de Pequeno Valor, Ação 0625 e Precatório da Administração Direta, Ação 0005, R\$ 11.921.889,51.
- 3) Este relatório não inclui o valor de R\$ 25.771.866,65 (R\$ 15.323.595,02 inscritos em restos a pagar não processados) referente destaque para pagamento de Precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, conforme artigo 32 da Lei 11.514/2007 (LDO/2008).
- 4) As Despesas de Pessoal e encargos sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 22 de setembro de 2008.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA
Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Diretor Geral - Ordenador da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CARLOS CAVALCANTE MELO
Assessor Substituto de Controle Interno